



Simulado Especial
MP AL
Analista Do Ministério Público
Área Jurídica Pós-Edital



Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **MP-AL**, cargo de **Analista do Ministério Público - Área Jurídica**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/b9HFHVMYeBdkyqHV8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/uPoc>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO****Não dispenso uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias**

Estou na sétima e última temporada de Younger, série que se propõe a debater o etarismo: uma mulher de 40 anos não consegue emprego e resolve mentir que tem 26, a fim de integrar a equipe de uma casa editorial de Nova York. Dá certo. A partir daí começa a história, os rolos e as mentiras que se sucedem. Ter 40 me parece pouca idade para configurar um problema. A editora onde ela trabalha só publica autores bizarros. E as reviravoltas amorosas são meio pueris. No entanto, me mantenho em frente à tevê e sigo rumo ao desfecho: são meus minutos de férias da truculência lá fora.

É o que nos faz, da mesma forma, assistir a Emily in Paris sem ligar a mínima para a ausência de verossimilhança com a vida real. Aliás, seu sucesso se deve justamente a isso. Cenários de cartão postal, elenco de beldades, doses excessivas de festas, viagens, moda e romance. Irã? Venezuela? Nem vem.

Essa alienação autoconcedida poderia ser um gatilho para a culpa, mas o passado nos absolve. Foram anos de Fassbinder, Alain Resnais, Godard, Truffaut, Bergman, Costa Gavras, Ettore Scola, para citar apenas o cinema europeu. Uma vida inteira de Eduardo Galeano, Garcia Marquez, Vargas Llosa, Borges, Mario Benedetti, Isabel Allende, Ernesto Sábato, Octavio Paz, para citar apenas a literatura latino-americana.

E uma abundância de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Rita Lee, Raul Seixas, Bethânia, Gal Costa, Gonzaguinha, Edu Lobo, João Bosco, para citar apenas a música popular brasileira. Podemos relaxar, portanto. Não será uma minissérie levezinha ou um filme água com açúcar que irá comprometer todo o sólido patrimônio intelectual que construímos até aqui. Temos repertório. Substância. Discernimento. Que venham, pois, as sessões da tarde.

Como você, também prefiro uma comédia ou drama com tutano, a fim de me sentir recompensada pelo tempo investido. Mas não dispenso uma reserva de ilusão e ternura para atravessar os dias. Nenhum problema em contrabalançar a aridez do mundo com a esperança de que o casal da trama fique junto no final. No nosso cotidiano, não entabulamos diálogos engraçadinhos, não temos um estoque de frases espirituosas, então, ao menos na ficção, que sejam fartas as tiradas ensaiadas.

Faz parte da saúde mental abandonar o realismo, vez que outra, em troca das boas risadas que os estereótipos entregam – sem prejuízo aos nossos neurônios. Na dúvida, foi aberta a temporada de lançamentos, e O Agente Secreto, Hamnet, Valor Sentimental, Uma Batalha Após a Outra e Foi Apenas um Acidente, para citar os queridinhos do momento, estão em cartaz em alguma sala perto de você. Cérebro em primeiro lugar. Mas, se doer, que a gente recorra a alguma anestesia, sem remorso.

Autora: Martha Medeiros - GZH (adaptado).

1. A tese central defendida pela autora ao longo do texto é que

- a) o consumo ocasional de entretenimento leve pode funcionar como forma legítima de descanso emocional diante das durezas da realidade.
- b) as séries contemporâneas possuem maior valor artístico que as obras clássicas.
- c) o público atual perdeu interesse por obras culturais densas.
- d) produções culturais superficiais devem substituir obras complexas.
- e) a ficção contemporânea promove alienação intelectual.

2. A menção à série Younger, logo no início do texto, cumpre principalmente a função de
- a) introduzir um exemplo concreto a partir do qual a autora inicia sua reflexão sobre o papel do entretenimento leve.
 - b) demonstrar a superficialidade das produções televisivas contemporâneas.
 - c) criticar diretamente a indústria cultural norte-americana.
 - d) apresentar uma análise técnica da narrativa televisiva.
 - e) sustentar que o etarismo é o tema central do texto.
3. A sequência de referências culturais (cineastas, escritores e músicos) desempenha papel argumentativo porque
- a) evidencia a superioridade da cultura europeia.
 - b) relativiza o valor das produções contemporâneas.
 - c) reforça a autoridade da autora para defender sua posição.
 - d) demonstra a decadência cultural do presente.
 - e) sugere que o entretenimento leve deve ser evitado.
4. Ao afirmar que prefere “comédia ou drama com tutano”, a autora indica preferência por obras que
- a) apresentem profundidade temática e densidade reflexiva.
 - b) priorizem humor leve e superficial.
 - c) explorem exclusivamente conflitos amorosos.
 - d) evitem temas complexos.
 - e) reproduzam fielmente a realidade cotidiana.
5. Quando a autora afirma que “o passado nos absolve”, ela sugere que
- a) o passado cultural deve ser abandonado.
 - b) obras antigas perderam relevância.
 - c) o repertório cultural adquirido anteriormente legitima o consumo atual de entretenimento leve.
 - d) o passado é moralmente superior ao presente.
 - e) a cultura contemporânea é inferior.
6. A estratégia argumentativa predominante no texto é
- a) apresentação de dados estatísticos.
 - b) exposição científica da indústria cultural.
 - c) comparação entre diferentes correntes filosóficas.
 - d) relato histórico das artes europeias.
 - e) reflexão pessoal apoiada em exemplos culturais.
7. No trecho “sem prejuízo aos nossos neurônios”, a autora pretende indicar que
- a) o entretenimento leve prejudica a inteligência.
 - b) apenas obras complexas estimulam o pensamento.
 - c) a ficção escapista pode ser apreciada sem comprometer a capacidade intelectual.
 - d) o público atual não valoriza o pensamento crítico.
 - e) o cérebro humano não distingue ficção e realidade.
8. Considerando o conjunto do texto, pode-se afirmar que a autora adota um tom predominantemente
- a) pessimista e crítico.
 - b) acadêmico e analítico.
 - c) neutro e informativo.
 - d) irônico e satírico.
 - e) reflexivo e conciliador.

9. Ao afirmar que o sucesso de Emily in Paris se deve justamente à falta de verossimilhança, a autora sugere que

- a) o público contemporâneo rejeita narrativas realistas.
- b) o distanciamento da realidade pode constituir um dos atrativos do entretenimento.
- c) a ficção deve evitar qualquer relação com o mundo real.
- d) a televisão atual perdeu sua função artística.
- e) apenas narrativas fantasiosas alcançam sucesso.

10. No trecho “contrabalançar a aridez do mundo”, a palavra “aridez” assume sentido

- a) metafórico, indicando a dureza ou aspereza da realidade cotidiana.
- b) literal, referindo-se às condições climáticas.
- c) técnico, relacionado à linguagem científica.
- d) irônico, sugerindo exagero da autora.
- e) neutro, indicando apenas ausência de emoção.

11. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não se admite que existam dúvidas quanto à autenticidade daqueles documentos históricos.
- b) Haviam, entre os estudiosos do tema, divergências difíceis de conciliar.
- c) Não podem haver interpretações definitivas sobre acontecimentos tão complexos.
- d) Tratam-se de argumentos frágeis aqueles apresentados pelo pesquisador.
- e) Cabem aos leitores atentos reconhecer as ambiguidades presentes no texto.

12. Na definição do gramático Evanildo Bechara, “a repetição de um termo da oração por outro de sentido e função equivalente se denomina pleonismo”.

Identifica-se pleonismo do objeto indireto no trecho:

- a) Aos alunos o professor lhes explicou detalhadamente o conteúdo da prova.
- b) Muitos desconheciam o sentido exato daquela expressão.
- c) O diretor comunicou a decisão aos funcionários presentes.
- d) O pesquisador analisou os dados do experimento com cuidado.
- e) Alguns preferiram manter silêncio diante da pergunta.

13. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:

- a) O projeto exigia empenho, disciplina, planejamento e responsabilidade.
- b) Quando chegou ao auditório, todos já estavam sentados.
- c) Não concordava com a decisão, pois lhe parecia precipitada.
- d) Se houvesse tempo, reconsideraria a proposta.
- e) Aos alunos dedicados, sempre oferecia orientação extra.

14. Leia o trecho:

“Ao final da reunião, reconheceu o ministro a necessidade de rever as medidas adotadas.”

O núcleo do sujeito da forma verbal “reconheceu” é:

- a) reunião.
- b) necessidade.
- c) ministro.
- d) medidas.
- e) alguém.

15. Verifica-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:

- a) O autor demonstrava insatisfação com os rumos da pesquisa.
- b) Muitos leitores apreciaram a narrativa do romance.
- c) O crítico destacou a originalidade da obra.
- d) Alguns estudantes analisaram atentamente o texto.
- e) O escritor revisou cuidadosamente o manuscrito.

16. Leia o trecho:

“Ele pediu que todos prestassem atenção ao que iria dizer.”

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- a) prestam.
- b) prestem.
- c) prestavam.
- d) prestaram.
- e) prestaria.

17. Considere o trecho:

Os analistas que estudaram o caso afirmam inexistir entre os dados coletados qualquer indício de irregularidade.

Sem prejuízo para a correção gramatical e para as relações de sentido estabelecidas na frase, o termo sublinhado pode ser substituído por:

- a) cuja inexistência
- b) a inexistência de
- c) na inexistência de
- d) que inexistem
- e) que inexistia

18. Identifica-se emprego da voz passiva no trecho:

- a) Divulgaram novos relatórios sobre a situação econômica do país.
- b) Observa-se um crescimento significativo do número de pesquisas na área.
- c) Os pesquisadores analisaram cuidadosamente os dados coletados.
- d) Há diferentes interpretações para o fenômeno estudado.
- e) Resultando em mudanças importantes na organização social.

19. Leia o trecho:

Os moradores perceberam o problema quando a água começou a invadir as ruas do bairro.

No contexto em que se insere, a oração sublinhada expressa ideia de

- a) causa.
- b) condição.
- c) tempo.
- d) consequência.
- e) finalidade.

20. De acordo com as regras de acentuação gráfica da língua portuguesa, está corretamente acentuada a palavra destacada em:

- a) O diretor analisou cuidadosamente cada **itêm** do relatório.
- b) A solução encontrada foi considerada **viavel** pelos especialistas.
- c) O pesquisador apresentou uma análise **criteriosa** do fenômeno.
- d) O relatório trouxe dados sobre a fauna da região **amazonica**.
- e) A nova política foi considerada **inutil** por alguns analistas.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolli*

21. Ricardo, coordenador financeiro do Ministério Público, recebe recursos decorrentes de doações em dinheiro e cobrança de taxas de inscrição para prestação de concursos. Considerando o texto da Lei Complementar Estadual nº 15/1996, qual a destinação obrigatória a ser dada a esses valores?

- a) Devem ser depositados no Banco Central e aplicados livremente pelo Governo do Estado em políticas públicas.
- b) Devem ser transferidos à Assembleia Legislativa para custeio das despesas de seus serviços auxiliares.
- c) Devem compor o caixa geral do Estado, sendo distribuídos posteriormente de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Devem ser divididos igualmente entre o Ministério Público e o Poder Judiciário estadual para investimentos.
- e) Devem ser depositados no Banco oficial do Estado e destinados exclusivamente à consecução dos objetivos da instituição.

22. Mariana, auditora de controle, é designada para analisar a legalidade e economicidade da aplicação de recursos próprios do Ministério Público de Alagoas. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como e por quem deve ser exercida essa fiscalização orçamentária?

- a) Mediante controle interno exercido pelo Governador do Estado e externo realizado pela Assembleia Legislativa.
- b) Mediante controle interno feito pelo próprio Colégio de Procuradores de Justiça e externo exercido pelo Poder Legislativo.
- c) Exclusivamente mediante controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União em caráter vinculante.

d) Mediante controle interno sob responsabilidade do Procurador-Geral de Justiça e externo sob comando do Poder Judiciário.

e) Exclusivamente mediante controle interno exercido pelas câmaras de coordenação do Colégio de Procuradores de Justiça.

23. Felipe, diretor de planejamento do MP-AL, finaliza a proposta orçamentária da instituição dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Considerando a Lei Complementar Estadual nº 15/1996, como deve ser feito o encaminhamento dessa proposta para aprovação final?

- a) Diretamente à Assembleia Legislativa pelo próprio Chefe do Ministério Público para votação em rito sumário.
- b) Ao Tribunal de Contas, que a analisará tecnicamente antes de encaminhá-la de ofício ao Poder Legislativo.
- c) Diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá obrigatoriamente à apreciação da Assembleia Legislativa.
- d) Ao Poder Judiciário, para consolidação na peça orçamentária do sistema de justiça e posterior envio ao Executivo.
- e) Ao Conselho Nacional do Ministério Público para aprovação prévia das dotações requeridas antes do envio ao Estado.

24. Camila, Promotora de Justiça substituta, é intimada pessoalmente de uma sentença proferida em um processo criminal no qual o Promotor titular atuava ativamente antes de entrar em férias. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, qual a validade desse ato processual e o princípio que o fundamenta?

- a) O ato é válido, pois os membros do Ministério Público podem se substituir mutuamente no processo, com base no princípio da indivisibilidade.
- b) O ato é inválido, pois fere o princípio do promotor natural que impede qualquer tipo de substituição ao longo da marcha processual.
- c) O ato é válido, fundamentando-se exclusivamente no princípio da independência funcional que outorga poderes amplos ao membro substituto.
- d) O ato é nulo, pois a prerrogativa de intimação pessoal exige que a entrega seja feita obrigatoriamente na pessoa do promotor originário.
- e) O ato é anulável, exigindo a confirmação prévia e expressa do Promotor titular antes da prática de qualquer manifestação ou recurso processual.

25. Roberto, Procurador-Geral de Justiça, emite um ato normativo determinando que todos os Promotores de sua instituição estão terminantemente proibidos de pedir o arquivamento de inquéritos policiais, devendo sempre oferecer denúncia. Considerando os princípios institucionais do Ministério Público, como se qualifica essa determinação hierárquica do Chefe da instituição?

- a) Legítima, pois materializa o princípio da unidade ao garantir que a instituição tenha uma única voz e posicionamento perante a sociedade.
- b) Legítima, visto que a autonomia administrativa conferida pela lei ao Chefe outorga-lhe o poder de padronizar a atuação jurídica de seus membros.
- c) Válida, desde que aprovada previamente pelo Colégio de Procuradores, respeitando as regras constitucionais do princípio do promotor natural.

d) Inconstitucional, pois a determinação restritiva de garantias processuais deveria partir exclusivamente do legislador e não da chefia do próprio órgão.

e) Ilegal, pois ofende o princípio da independência funcional que garante a cada membro a liberdade de formar suas próprias convicções processuais.

26. Considerando a definição constitucional estrita do Ministério Público, como se classifica corretamente a natureza jurídica da instituição?

- a) É um órgão de controle vinculado diretamente ao Poder Executivo e subsidiariamente dependente de suas diretrizes estratégicas.
- b) É uma entidade autárquica da administração indireta subordinada estruturalmente e politicamente ao Ministério da Justiça.
- c) É um ente federativo politicamente autônomo, gozando de privilégios e deveres equiparados juridicamente à União e aos Estados.
- d) É uma instituição permanente, autônoma e independente, definida expressamente como essencial à função jurisdicional do Estado.
- e) É um tribunal de exceção do Poder Judiciário, possuindo como competência originária a acusação de criminosos em instâncias superiores.

27. Ana, promotora de justiça de defesa do consumidor, inicia os procedimentos para ajuizar ação civil com o objetivo de proteger os direitos de milhares de usuários de telefonia que sofreram cobranças indevidas idênticas por parte da operadora local. Considerando o escopo das funções institucionais do Ministério Público e a jurisprudência dos tribunais superiores, essa atuação apresenta viabilidade jurídica?

- a) Não, pois a tutela e a atuação ministerial devem se restringir constitucionalmente à área criminal e à defesa das prerrogativas inerentes ao Estado.
- b) Sim, desde que a Promotora obtenha aprovação prévia e expressa do Procurador-Geral do Estado para promover demandas de cunho estritamente financeiro.
- c) Sim, visto que a jurisprudência reconhece ao Ministério Público legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos individuais homogêneos impregnados de relevante natureza social.
- d) Não, uma vez que a promoção judicial de interesses de natureza individual, ainda que de forma massificada e homogênea, é atribuição privativa e inafastável da Defensoria Pública.
- e) Sim, mas a viabilidade jurídica do litígio está condicionada ao fato de a empresa fornecedora do serviço ser exclusivamente uma sociedade de economia mista ou empresa pública.

28. Coronel Mendes, oficial superior da ativa, é designado para assumir a chefia da segurança institucional do Ministério Público. Considerando a Lei nº 6.306/2002, como se dá o processo de nomeação para esse posto na Assessoria Militar?

- a) É nomeado diretamente pelo Procurador-Geral de Justiça após aprovação unânime do Colégio de Procuradores.
- b) É nomeado em comissão pelo Conselho Superior do Ministério Público com aprovação do Governador.
- c) É indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e nomeado pelo Governador do Estado.

d) É indicado pelo Secretário de Segurança Pública e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça.

e) É eleito pelos membros da própria Assessoria Militar e referendado pelo Chefe da Instituição.

29. Joana, servidora do MP-AL, está organizando o fluxograma de processos administrativos e precisa encaminhar um expediente especificamente para um "Órgão Auxiliar" conforme a estrutura legal. Considerando a Lei nº 6.306/2002, para qual unidade ela deve enviar o documento?

- a) Para a Comissão de Concurso ou para os Centros de Apoio Operacional.
- b) Para o Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- d) Para as Promotorias de Justiça.
- e) Para o Colégio de Procuradores de Justiça.

30. Lúcia, servidora estadual, foi aposentada por invalidez após um acidente, mas após dois anos de tratamento uma junta médica oficial atestou sua recuperação total. Considerando o Estatuto dos Servidores de Alagoas, qual instituto jurídico determinará seu retorno ao trabalho?

- a) A reintegração ao serviço público em vaga preexistente ou criada especificamente para seu retorno.
- b) A recondução ao cargo anteriormente ocupado, independentemente da existência de vaga na estrutura.
- c) A reversão à atividade face à declaração de insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.
- d) O aproveitamento compulsório em um cargo de atribuições e vencimentos superiores ao anterior.
- e) A readaptação em função compatível com as novas e ilimitadas aptidões físicas adquiridas no tratamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

31. A CF dispõe que “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. De acordo com a classificação doutrinária, essa norma constitucional tem eficácia:

- a) plena.
- b) contida.
- c) relativa restringível.
- d) limitada programática.
- e) absoluta.

32. Um projeto de lei para dispor sobre cargos e remunerações dos servidores do Ministério Público Estadual:

- a) pode ser proposto pelo Procurador-Geral de Justiça.
- b) pode ser proposto pelo Presidente da República.
- c) pode ser proposto pelo Governador do Estado.
- d) pode ser proposto pelo Procurador-Geral da República.
- e) pode ser proposto por iniciativa popular.

33. Atalarico nasceu na Rússia quando seu pai, Genserico, brasileiro nato, lá se encontrava a serviço do Brasil. Atalarico, porém, nunca foi registrado na repartição brasileira competente, sendo certo que, 30 anos depois, veio a residir no Brasil. À luz da situação hipotética, pode-se afirmar que Atalarico:

- a) é estrangeiro.
- b) é brasileiro naturalizado.
- c) é brasileiro nato.
- d) pode ser reconhecido como nato, se fizer a opção pela nacionalidade brasileira.
- e) pode ser reconhecido como naturalizado, se fizer a opção pela nacionalidade brasileira.

34. A respeito da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental.
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial.
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo.
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas.
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

35. Compete originariamente ao STF processar e julgar:

- a) a disputa sobre direitos indígenas.
- b) a homologação de sentença estrangeira.
- c) o conflito de competências entre juízes vinculados a tribunais diversos.
- d) o pedido de medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.
- e) o *habeas corpus* contra ato de Tribunal Regional Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

36. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- a) a empreitada por preço global é a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- b) o projeto básico é constituído de elementos necessários e suficientes para a execução da obra, detalhando as soluções do projeto básico.
- c) o anteprojeto não possui todos subsídios necessários à elaboração do projeto básico.
- d) o pregão é obrigatório para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- e) independentemente do prazo de duração, o contrato deve conter cláusula com o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do IPCA do mês de reajuste.

37. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e suas reformas pela Lei nº 14.230/2021, interrompe-se o prazo de prescrição:

- a) pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- b) pela publicação da sentença não condenatória.
- c) pela publicação de decisão ou acórdão de Tribunal de Justiça ou Tribunal Estadual Eleitoral que confirma sentença condenatória ou que reforma sentença de improcedência.
- d) pela publicação de decisão ou acórdão do Superior Tribunal Militar que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.
- e) pela publicação de decisão ou acórdão do Supremo Tribunal Federal e do TCU que confirma acórdão condenatório ou que reforma acórdão de improcedência.

38. Tendo como base Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, pode-se afirmar:

- a) a lei aplica-se para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- b) o consentimento para tratar os dados, não pode ser revogado a qualquer momento.
- c) não será vedado às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.
- d) o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado pelos dois responsáveis legais.
- e) é vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

39. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942), assinale a alternativa incorreta:

- a) as autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- b) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.
- c) a decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.
- d) a decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando dispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- e) nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

40. Sobre o controle na administração pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) o controle interno é aquele realizado por um órgão pertencente à mesma estrutura do órgão controlado, em geral quando um mesmo Poder fiscaliza seus próprios atos e agentes.
- b) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
- c) os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário mantêm sistemas de controle interno isolados, em respeito à separação dos poderes.
- d) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- e) é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

41. Acerca do tema consumação e tentativa, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de atentado ou de empreendimento, a tentativa é punida com a pena do crime consumado reduzida de um a dois terços.
- b) O crime formal, por ser de consumação antecipada, classifica-se invariavelmente como unissubsistente, o que impede o fracionamento do *iter criminis* e a eventual ocorrência de tentativa.
- c) Nos crimes plurissubsistentes, a tentativa é admissível pois existe uma distância temporal entre o início da execução e o momento consumativo, o que permite o fracionamento da conduta.
- d) Conforme a teoria subjetiva, adotada pelo Código Penal, a tentativa deve ser punida com a mesma

pena do crime consumado, pois o desvalor da conduta é idêntico em ambas as situações.

- e) O arrependimento eficaz e a desistência voluntária são institutos aplicáveis mesmo após a consumação do delito, desde que o resultado naturalístico seja revertido pelo agente.

42. Carlos Alberto, primário, nascido em 10/05/1954, praticou em 15/05/2023 o crime de dano qualificado contra o patrimônio da União (art. 163, parágrafo único, III do CP), por duas vezes, em continuidade delitiva (art. 71 do CP). Após o trâmite processual, o Juiz proferiu sentença condenatória, publicada em 20/09/2025, na qual fixou a pena de cada um dos crimes em 1 ano de detenção. Após, exasperou a pena em 1/6 pela continuidade delitiva, fixando a pena final em 01 ano e dois meses de detenção. Não houve recurso das partes e a sentença transitou em julgado em 05/10/2025.

Diante do caso narrado e de acordo com o que dispõe o Código Penal, o prazo da prescrição da pretensão executória para Carlos Alberto é de:

- a) 04 anos.
- b) 08 anos.
- c) 01 ano e 06 meses.
- d) 02 anos.
- e) 03 anos.

43. No que concerne aos Crimes contra o Patrimônio e ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é correto afirmar:

- a) O crime de furto é considerado impossível quando o estabelecimento comercial é dotado de sistema de monitoramento eletrônico que permite a vigilância ininterrupta do agente.
- b) A causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno incide tanto no furto simples quanto nas hipóteses de furto qualificado, dada a maior vulnerabilidade do patrimônio.
- c) Conforme entendimento sumulado do STJ, é inadmissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.
- d) O reconhecimento do privilégio no crime de furto qualificado é inviável em qualquer hipótese, visto que a gravidade das qualificadoras é incompatível com o benefício legal.
- e) A utilização de simulacro de arma de fogo no crime de roubo configura a majorante do emprego de arma de fogo, elevando a pena em dois terços.

44. Tício, de 25 anos de idade, mantém relação sexual consentida com sua enteada Júlia, que completou 13 anos de idade recentemente. Tício sabe da idade da jovem, mas alega em sua defesa que ela já possuía experiência sexual anterior e que ambos mantêm um relacionamento amoroso público e notório.

Diante do caso narrado e das normas do Código Penal, assinale a opção correta:

- a) Tício praticou o crime de estupro de vulnerável, cuja pena deve ser aumentada de metade por ser ele padrasto da vítima, sendo irrelevante para a configuração do crime o consentimento da jovem ou sua experiência anterior.
- b) O crime de estupro de vulnerável praticado por Tício admite a desclassificação para o delito de importunação sexual caso o contato físico tenha sido de curta duração.

c) A ação penal para o crime praticado por Tício é pública condicionada à representação da genitora da vítima.

d) Caso tenha havido prática de conjunção carnal e ato libidinoso diverso da conjunção carnal, ainda que num mesmo contexto fático, haverá pluralidade de crimes.

e) O crime de estupro de vulnerável praticado por Tício é classificado como crime próprio, pois exige a qualidade de parente ou responsável para sua configuração.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

45. Um analista do MP teve que repelir uma injusta agressão praticada por um cidadão. Tendo como referência a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que o agente público:

- a) Será responsabilizado pelo abuso de autoridade.
- b) Por ter agido em legítima defesa, será absolvido criminalmente, o que repercutirá na esfera administrativo-disciplinar e cível, conforme a Lei de Abuso de Autoridade.
- c) Nesse caso, terá reflexos apenas em âmbito criminal.
- d) Nesse caso, terá reflexos apenas em âmbito administrativo.
- e) Nesse caso, terá reflexos apenas em âmbito civil.

46. A Polícia Militar foi acionada para atender uma ocorrência de violência doméstica e familiar contra uma mulher em um município que não é sede de comarca. Chegando ao local, foi constatado que Leandra estava com lesões no rosto causadas pelo próprio marido. Com base nessa situação hipotética, marque a alternativa correta de acordo com a Lei nº 11.340/2006.

- a) Só quem pode pedir a determinação de medida protetiva de urgência é a ofendida.
- b) A única autoridade que pode determinar o afastamento do agressor do lar no caso de risco atual ou iminente na integridade física e psicológica de Leandra é o juiz.
- c) Caso Leandra tenha representado contra o marido, poderá ela se retratar até o recebimento da denúncia.
- d) Não é possível a aplicação de nenhum instituto previsto na Lei nº 9.099/1995.
- e) O juiz antes de determinar uma medida protetiva de urgência tem que notificar o Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

47. No curso de apuração acerca de suposto crime de peculato, o Ministério Público analisou o inquérito policial e entendeu inexistirem elementos suficientes para o oferecimento da denúncia. O procedimento foi arquivado, com a consequente homologação. Após algum tempo, surgiram notícias de novas provas relacionadas ao fato investigado.

À luz do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito arquivado não poderá ser reaberto em nenhuma hipótese, ainda que surjam novas provas.
- b) O magistrado pode determinar o oferecimento da denúncia, mesmo diante de pedido de arquivamento formulado pelo Ministério Público.

c) O inquérito poderá ser desarquivado caso apareçam notícias de novas provas, por iniciativa do Ministério Público ou da autoridade policial, mediante autorização judicial.

d) O arquivamento gera impedimento absoluto e definitivo para qualquer persecução penal referente ao fato.

e) Se o juiz discordar do pedido de arquivamento, deverá encaminhar o procedimento a outro membro do Ministério Público.

48. O sistema processual penal brasileiro fundamenta-se em princípios constitucionais voltados à garantia dos direitos do investigado e à observância da legalidade na persecução penal. Considerando tais fundamentos, assinale a alternativa correta.

a) O princípio do contraditório incide desde a fase do inquérito policial, sendo indispensável para a sua validade.

b) A ação penal pública incondicionada somente pode ser instaurada mediante manifestação expressa da vítima.

c) O princípio da indisponibilidade da ação penal impede que o Ministério Público requeira o arquivamento do processo após o oferecimento da denúncia.

d) A ação penal privada deve ser ajuizada no prazo decadencial de seis meses, contado da data em que o ofendido toma conhecimento da autoria do fato.

e) A ação penal pública condicionada à representação pode ser proposta mesmo contra a vontade da vítima, desde que haja autorização judicial.

49. No que se refere ao tema prova no processo penal, à luz do que dispõe o Código de Processo Penal, e considerando hipótese de crime de lesões corporais, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o primeiro exame pericial seja incompleto, deverá ser realizada a oitiva de testemunhas como forma de suprir a falha (exame indireto).
- b) Sendo o laudo inicial insuficiente, deverá ser determinado exame complementar pela autoridade policial ou judiciária, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, do ofendido, do acusado ou de seu defensor.
- c) A ausência de exame complementar pode ser suprida por prova testemunhal ou pela confissão do acusado, desde que esta seja espontânea.
- d) A inexistência de exame complementar poderá ser compensada por prova testemunhal ou pela confissão do acusado, sem exigência de qualquer requisito específico.
- e) Não se admite exame complementar em caso de lesões corporais, por se tratar de prova inadiável e indispensável em qualquer situação.

50. No que se refere ao instituto da liberdade provisória no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Não estando presentes os pressupostos que autorizam a prisão preventiva, o magistrado deverá conceder liberdade provisória, sendo proibida a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão.
- b) A autoridade policial não pode conceder liberdade provisória mediante fiança, qualquer que seja a pena cominada, pois tal atribuição estaria sujeita à cláusula de reserva de jurisdição.
- c) O Código de Processo Penal proíbe expressamente a concessão de fiança nos crimes praticados por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d) É inadmissível, em qualquer hipótese, a dispensa do pagamento de fiança quando a lei admitir sua aplicação.

- e) Quando necessário e conforme a condição econômica do preso, o juiz poderá majorar o valor da fiança em até 2.000 (duas mil) vezes.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

51. Mauro foi coagido por Pedro, o qual ameaçou matá-lo caso não viesse a firmar contrato de doação em benefício de Marcela. Marcela estava ciente da ameaça sofrida por Mauro. Nesse caso, o negócio jurídico celebrado entre Mauro e Marcela é:

- a) nulo, não convalidando pelo decurso do tempo, e tanto Pedro como Marcela responderão solidariamente por perdas e danos.
- b) anulável, no prazo decadencial de 4 anos, e tanto Pedro como Marcela responderão solidariamente por perdas e danos.
- c) nulo, convalidando após o prazo prescricional de 10 anos, e tanto Pedro como Marcela responderão por perdas e danos em partes iguais.
- d) anulável, no prazo decadencial de 2 anos, e tanto Pedro como Marcela responderão solidariamente por perdas e danos.
- e) inexistente, não convalidando pelo decurso do tempo, e tanto Pedro como Marcela responderão solidariamente por perdas e danos.

52. Com relação ao inadimplemento das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) A mora se dá quando o devedor deixa de efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer, não sendo admissível a mora do credor.
- b) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, ou, alternativamente, exigir a satisfação das perdas e danos.
- c) O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui em mora o devedor, após promovida sua interpelação, judicial ou extrajudicial.
- d) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou.
- e) O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, exceto se essa impossibilidade resultar de caso fortuito ou de força maior, ocorridos durante o atraso.

53. Lucas, hóspede do Hotel Estrela do Mar, após ingerir bebida alcoólica, arrombou a porta do aposento vizinho e veio a destruir um aparelho de notebook pertencente a Sara, também hóspede do hotel.

Com relação à responsabilidade pelo dano causado a Sara, é correto afirmar que:

- a) O Hotel Estrela do Mar é responsável, independentemente da existência de culpa, pelo dano sofrido por Sara.
- b) O Hotel Estrela do Mar é responsável, desde que comprovada sua culpa *in vigilando*, pelo dano sofrido por Sara.
- c) Tanto o Hotel Estrela do Mar como Lucas poderão ser responsabilizados, independentemente da existência de culpa, pelo dano sofrido por Sara.
- d) O Hotel Estrela do Mar pode ser responsabilizado subsidiariamente pelo dano sofrido por Sara, caso

Lucas não tenha patrimônio suficiente para indenizar o prejuízo.

- e) Apenas Lucas pode ser responsabilizado pelo dano sofrido por Sara.

54. Com relação aos alimentos, assinale a alternativa correta.

- a) Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, ainda que a situação de necessidade resulte de culpa de quem os pleiteia.
- b) Irmãos não podem ser chamados ao cumprimento da obrigação alimentar.
- c) Sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer solidariamente.
- d) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
- e) Com o casamento, a união estável ou o concubinato do ex-cônjuge credor, continua o dever de prestar alimentos por parte do ex-cônjuge devedor, em caso de comprovada necessidade do primeiro.

LEGISLAÇÃO CIVIL ESPECIAL*Paulo Sousa*

55. Sobre a disciplina da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é correto afirmar

- a) O tratamento de dados pessoais pelo poder público depende sempre do consentimento do titular, sendo vedado o tratamento para a execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, salvo autorização judicial específica.
- b) O legítimo interesse do controlador constitui base legal autônoma para o tratamento de dados pessoais, podendo ser utilizado inclusive para o tratamento de dados pessoais sensíveis, desde que demonstrada a necessidade e observados os direitos e liberdades fundamentais do titular.
- c) A anonimização é considerada irreversível para fins da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, ainda que o processo possa ser revertido com a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis à época do tratamento.
- d) O encarregado pelo tratamento de dados pessoais deve ser necessariamente pessoa natural integrante do quadro de empregados do controlador, sendo vedada a designação de pessoa jurídica para o exercício dessa função.
- e) O tratamento de dados pessoais pode ser realizado sem o consentimento do titular quando necessário para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, hipótese em que subsiste o dever de observância dos princípios e das garantias previstos na Lei.

56. Uma pessoa com deficiência foi submetida à curatela, limitada a atos patrimoniais. Posteriormente, manifestou vontade de casar e de exercer o direito de voto, mas familiares alegaram que a curatela impediria tais atos. De acordo com a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que

- a) a curatela torna a pessoa incapaz para atos existenciais, impedindo casamento e voto enquanto perdurar a medida judicial.
- b) a curatela restringe apenas atos patrimoniais e negociais definidos na decisão, não alcançando direitos existenciais como casar e votar.

c) a curatela depende de interdição total e, uma vez decretada, abrange automaticamente todos os atos da vida civil.

d) o casamento somente é válido se houver consentimento do curador, pois a curatela substitui a vontade do curatelado.

e) o direito de voto pode ser restringido por curatela, desde que haja laudo indicando dificuldade de compreensão política.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Giulian Salvador*

57. À luz da Lei nº 4.717/1965, especialmente do art. 2º, que estabelece as hipóteses de nulidade dos atos administrativos lesivos ao patrimônio público - incompetência, vício de forma, ilegalidade do objeto, inexistência dos motivos e desvio de finalidade -, e considerando os elementos do ato administrativo, assinale a alternativa incorreta.

- a) a incompetência corresponde a vício do elemento ato administrativo, que é considerado elemento vinculado do ato administrativo e cuja irregularidade enseja nulidade.
- b) o vício de forma refere-se à elemento do ato administrativo, que em regra é vinculado, sendo causa de nulidade do ato lesivo ao patrimônio público.
- c) a ilegalidade do objeto configura vício em elemento do ato administrativo, relacionado ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato, sendo hipótese de nulidade.
- d) a inexistência dos motivos corresponde a defeito no elemento motivo do ato administrativo, isto é, na situação de fato e de direito que fundamenta sua prática, constituindo causa de nulidade.
- e) a imperatividade constitui elemento essencial do ato administrativo e sua ausência caracteriza vício equivalente ao desvio de finalidade.

58. À luz das regras de competência interna previstas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), especialmente quanto à fixação da competência, às hipóteses de modificação, à eleição de foro e às regras sobre incompetência, assinale a alternativa correta.

- a) a competência fixa-se no momento da citação válida do réu, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito posteriores, salvo quando alterarem a competência relativa.
- b) a intervenção da União, de suas autarquias ou empresas públicas em processo que tramita perante juízo estadual impõe necessariamente a remessa dos autos à justiça federal, inclusive nas ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho.
- c) a competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes, constituindo hipótese de competência absoluta que não pode ser modificada por acordo entre os litigantes.
- d) a cláusula de eleição de foro pode ser estipulada verbalmente entre as partes, desde que posteriormente confirmada em juízo, produzindo efeitos processuais independentemente de referência a negócio jurídico específico.
- e) a incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo juiz em qualquer tempo e grau de jurisdição, ainda que não arguida pela parte interessada.

59. À luz do regime jurídico da tutela provisória previsto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), especialmente quanto às disposições gerais, à tutela de urgência, à tutela antecipada antecedente e à tutela da evidência, assinale a alternativa correta.

- a) a tutela provisória de urgência somente pode ser concedida após a oitiva da parte contrária, sendo vedada a concessão liminar da medida, ainda que presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano.

b) a tutela antecipada concedida em caráter antecedente tornar-se-á estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, hipótese em que o processo será extinto, permanecendo os efeitos da decisão enquanto não revista, reformada ou invalidada por decisão de mérito em ação própria.

c) a tutela da evidência exige, para sua concessão, a demonstração simultânea da probabilidade do direito e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo, ainda que fundada em prova documental e em tese firmada em julgamento de casos repetitivos.

d) a decisão que concede tutela provisória possui natureza definitiva e faz coisa julgada material, não podendo ser modificada ou revogada no curso do processo.

e) a tutela provisória requerida em caráter incidental depende do recolhimento prévio das custas processuais correspondentes ao novo pedido formulado no curso do processo.

60. Considerando as hipóteses de impedimento e suspeição do juiz previstas no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), especialmente nos arts. 144 e 145, assinale a alternativa que apresenta hipótese de impedimento do juiz.

- a) o juiz é amigo íntimo de uma das partes ou de seu advogado.
- b) o juiz recebeu presente de pessoa interessada na causa após o início do processo.
- c) o juiz interveio no processo como perito antes de assumir a função jurisdicional na causa.
- d) o juiz é credor de uma das partes.
- e) o juiz possui interesse indireto no julgamento do processo em favor de uma das partes.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
